



Divisão de Tecnologia da Informação

Rua Miguel Prisco, 288
dti@ribeiraopires.sp.gov.br
(11) 4828-9839



Termo de Uso e Política de Privacidade

Objetivo

Neste Termo de Uso e Política de Privacidade, a Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires apresenta como coleta e trata os dados pessoais dos seus usuários, incluindo as suas responsabilidades ao utilizar os serviços disponibilizados pela instituição em que este Termo de Uso e Política de Privacidade está vinculado. Apresenta, ainda, os papéis e responsabilidades das partes envolvidas nos tratamentos de dados e as informações para contato, para caso exista alguma dúvida ou seja necessário atualizar algum dado ou informação.

Arcabouço Legal

Lei federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, LAI. Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.

Lei federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados, LGPD. Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Lei federal nº 12.965/2014 – Marco Civil da Internet. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

Decreto Municipal 7.208/2021 – Dispõe sobre a aplicação da Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), e Criação de Comitê Gestor de Proteção de Dados (CGPD), no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Ribeirão Pires.

Definições

Para melhor compreensão deste documento, neste Termo de Uso e Política de Privacidade, consideram-se:

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Equipamento: dispositivo que permite o acesso aos aplicativos, sistemas e páginas disponibilizadas, tais como desktops, notebooks, tablets, terminais e smartphones, dentre outros.

Agentes de tratamento: o controlador e o operador.

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entes privados.

Autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

Agentes de tratamento

A Lei Geral de Proteção de Dados, em seu artigo 5º, define como agentes de tratamento os papéis de controlador e operador:

Art. 5º, VI – **controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Art. 5º, VII – **operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Como agente de tratamento, a Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires atua majoritariamente como operador, realizando tratamentos de dados pessoais em nome de seus controladores, que são, principalmente, os órgãos do Estado de São Paulo e Governo Federal. Esta relação é formalizada através da assinatura, por ambas partes, de instrumentos jurídicos como contratos, acordos e convênios.

A Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires pode, quando necessário para a prestação de serviço público, atuar como controladora conjuntamente com outros órgãos do Estado de São Paulo e Governo Federal, de maneira análoga, pode compartilhar atividades de operação com outras empresas, o que quando o fizer, ocorrerá em conformidade com a legislação vigente.

Os canais de atendimento dos agentes de tratamento podem ser obtidos nas páginas institucionais:

Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, Operador e Controlador:
<https://www.ribeiraopires.sp.gov.br/>

Data Protection Officer (Encarregado de Dados)

Pela Lei Geral de Proteção de Dados, o encarregado é o responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ANPD.

Como a Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires atua como Controlador e Operador, prestando serviços em nome de seus Controladores, órgãos do Estado de São Paulo e Governo Federal, em atendimento a Portaria nº 33.887 de 02 de Fevereiro 2022, fica estabelecido como Data Protection Officer (Diretor de Proteção de Dados) lotado na Secretaria de Chefe de Gabinete o servidor **Francisco Máximo** e para atendimento aos titulares de dados o canal de atendimento do Data Protection Officer (Diretor de Proteção de Dados é **dpo@ribeiraopires.sp.gov.br** .

Direitos do usuário

O usuário dos sites, sistemas e serviços disponibilizados pela Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires em que este Termo de Uso está vinculado possui os seguintes direitos conferidos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais:

Direito de confirmação e acesso (Art. 18, I e II): é o direito do usuário de obter a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.

Direito de retificação (Art. 18, III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, IV): é o direito do usuário de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

Direito de oposição (Art. 18, § 2º): é o direito do usuário de, a qualquer momento, se opor ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

Direito de portabilidade dos dados (Art. 18, V): é o direito do usuário de realizar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial.

Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20, LGPD): o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil

pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

Obrigações dos usuários

O usuário se responsabiliza pela precisão e veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar na impossibilidade de se utilizar os sites, sistemas ou serviços disponibilizados.

Durante a utilização dos sites, sistemas ou serviços disponibilizados, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente os seus dados pessoais, e não os de terceiros, salvo que seja responsável, tenha autorização ou direito legal para isso.

O usuário é responsável pela atualização das suas informações pessoais e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas.

O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados à Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, a qualquer outro Usuário, a outros órgãos do Estado de São Paulo, ou Governo Federal ou, ainda, a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado indevidamente a partir de seu acesso.

A Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires não poderá ser responsabilizada pelos seguintes fatos:

- a.** Equipamento pessoal infectado ou invadido por atacantes;
- b.** Equipamento pessoal avariado no momento do acesso;
- c.** Proteção do equipamento pessoal;
- d.** Proteção das informações baseadas nos equipamentos pessoais;
- e.** Abuso de uso dos equipamentos pessoais;
- f.** Monitoração clandestina do equipamento pessoal dos usuários;
- g.** Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários instalados ou utilizados em seus equipamentos pessoais;
- h.** Perímetro inseguro. Em nenhuma hipótese, a Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires será responsável pela instalação no equipamento pessoal do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Esta Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com a Lei Federal n. 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais).

Os tratamentos de dados realizados pela Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires cumprem as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e respeitam os princípios dispostos no Art. 6º:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento; VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

Dados pessoais coletados e Finalidade

Em cumprimento aos princípios da LGPD apresentados neste documento, são coletados apenas os dados pessoais necessários para permitir a prestação do serviço que o usuário busca (finalidade) e aqueles necessários para atender a legislação vigente (conformidade).

Página da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires
(www.ribeiraopires.sp.gov.br)

Visitantes

No acesso de visitantes aos sites da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, não há coleta de dados pessoais.

Áreas restritas para usuários cadastrados

O acesso às áreas restritas requer o tratamento de dados pessoais, mínimos necessários, com a finalidade de permitir o registro, identificação e controle de acesso dos usuários, tais como nome completo, endereço de e-mail e número de documentos como RG e CPF.

Em atendimento à legislação vigente e para fins de segurança e rastreabilidade, há o registro de acesso, o que pode incluir o registro automático do endereço IP.

Compartilhamento de dados

Os dados pessoais coletados na página da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires não são compartilhados, salvo em atendimento à ordem judicial ou requisição de órgãos de controle ou fiscalizadores que tenham atribuição legal para exercer tal tipo de pedido. Caso isto ocorra, a Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

Descarte

Os dados pessoais serão conservados até o término do tratamento, atingida a finalidade, salvo se o titular solicitar a eliminação antes do final do prazo e desde que seja legalmente possível.

Os dados pessoais poderão ser conservados, mesmo após o término de seu tratamento nas seguintes hipóteses:

- a)** cumprimento de obrigação legal, regulatória ou contratual;
- b)** estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- c)** transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na lei nº 13.709/18; ou
- d)** uso exclusivo do Controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

O descarte de dados será realizado em conformidade às disposições legais. O prazo pelo qual os dados pessoais coletados são mantidos depende da finalidade e da natureza do tratamento realizado. Estes dados serão tratados pelo período necessário para:

- a)** continuar a fornecer e aprimorar produtos e serviços da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires;

- b)** o exercício regular de direito em processos administrativos, judiciais e arbitrais; e
- c)** as demais finalidades previstas nesta Política.

Páginas, sistemas e aplicativos desenvolvidos e/ou hospedados pela Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires.

Art. 39. O operador deverá realizar o tratamento segundo as instruções fornecidas pelo controlador, que verificará a observância das próprias instruções e das normas sobre a matéria.

Art. 5º, VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

Cabem ao Controlador, ainda, as decisões referentes aos tratamentos de dados pessoais que são realizados, incluindo eliminação e modificação:

Art. 5º, VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Fundamentos legais

Os tratamentos de dados pessoais realizados pela Prodesp estão amparados nas hipóteses previstas na LGPD:

- a)** mediante o consentimento expresso do titular;
- b)** para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- c)** pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;
- d)** para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- e)** quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- f)** para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- g)** para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- h)** para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- i)** quando necessário para atender aos interesses legítimos do Controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; e
- j)** para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

Considerando a natureza e o tipo de serviço prestado pela empresa, a Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires realiza tratamentos de dados pessoais em conformidade com a LGPD:

a) Para cumprimento de obrigação contratual, legal, judicial ou regulatória, em especial para atender as seguintes finalidades:

i. execução do contrato de prestação de serviços para atender os titulares, os órgãos do Estado de São Paulo e os demais clientes da Prodesp;

ii. realizar processo de faturamento, comunicação e cobrança, decorrente dos serviços prestados diretamente ao titular dos dados;

iii. permitir o acesso e proporcionar o correto funcionamento dos sistemas disponibilizados pela empresa, em seu nome ou em nome de algum controlador (cliente);

iv. permitir o atendimento ao titular de dados nos canais disponibilizados pela empresa para esta finalidade;

v. comunicar o titular dos dados sobre alterações ou melhorias em produtos e serviços, apoiar e promover atividades da Prodesp ou de órgãos do Estado de São Paulo;

vi. execução de contrato com clientes e fornecedores;

vii. formalização e manutenção dos contratos de trabalho.

b) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral e demais hipóteses de tratamento previstas pela LGPD.

c) O tratamento de dados pessoais sensíveis será realizado mediante prévio e expresso consentimento do titular dos dados, obtido pelo controlador, podendo ser realizado sem o consentimento quando for indispensável para o cumprimento de obrigação legal, judicial ou regulatória, para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral e demais hipóteses de tratamento previstas pela LGPD.

d) O tratamento de dados pessoais de criança e de adolescente somente será realizado em seu melhor interesse e com o consentimento prévio, específico e destacado por pelo menos um dos pais ou responsável legal.

Segurança no tratamento dos dados pessoais

A Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados.

Para a garantia da segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração: as técnicas adequadas; os custos de aplicação; a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento; e os riscos para os direitos e liberdades do usuário.

Os dados são transmitidos de forma segura e confidencial, sempre que possível utilizando criptografia, de maneira que a transmissão dos dados entre o servidor e o usuário, e em retroalimentação, ocorra de maneira cifrada e/ou encriptada.

No entanto, a Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiro, como em caso de ataque de hackers ou crackers, ou por culpa exclusiva do usuário, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro. A Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires se compromete, ainda, a comunicar o usuário em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

A violação de dados pessoais é uma violação de segurança que provoca, de modo accidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

Por fim, a Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires se compromete a tratar os dados pessoais do usuário com confidencialidade, dentro dos limites legais.

Utilização de cookies

Cookies são pequenos arquivos de texto enviados pelo site ao computador do usuário e que nele ficam armazenados, com informações relacionadas à navegação do site.

Por meio dos cookies, pequenas quantidades de informação são armazenadas pelo navegador do usuário para que nosso servidor, onde o serviço está hospedado, possa lê-las posteriormente. É importante ressaltar que nem todo cookie contém dados pessoais do usuário, bem como podem ser necessários para fins de segurança e autenticação do usuário.

Cookies também são importantes para prover uma melhor experiência na navegação por parte dos seus usuários, como por exemplo, podem ser armazenados dados sobre o dispositivo utilizado pelo usuário para fins de um melhor ajuste no tamanho e disposição de janelas dos sites e sistemas acessados.

As informações que, eventualmente, forem armazenadas em cookies que podem ser consideradas dados pessoais, seguirão as regras previstas nesta Política de Privacidade.

Alterações neste Termo de Uso e Política de Privacidade

Este documento pode ser alterado a qualquer momento, sempre que for necessário para refletir mudanças, evoluções e melhorias na prestação de serviços, sites e sistemas em que este documento estiver aplicado, tais como inclusão, supressão ou modificação de funcionalidades. A alteração deste documento pode ocorrer por iniciativa própria da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, por demanda de algum controlador e responsável pelo serviço,

por orientação do Governo do Federal ou por algum órgão regulador que tenha poder legal para tal.

O usuário/titular dos dados será informado sempre que houver alguma alteração significativa neste documento, bem como poderá consultar, a qualquer momento, a versão disponibilizada nos sites e sistemas onde este documento é aplicável.

Aceitação do Termo de Uso e Política de Privacidade

Ao utilizar os serviços, canais, sites e sistemas disponibilizados pela Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires em que este documento está aplicado (publicado), o usuário confirma que leu e compreendeu os termos e políticas presentes, e concorda com os mesmos.